



02/17

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO PARA OS EDIFÍCIOS
MUNICIPAIS**

No dia vinte e seis, do mês de janeiro, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

Entre:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**, cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018;

SEGUNDO:

Repsol Gás Portugal, S.A com sede em Avenida José Malhoa, 16 B – 4.º, 1099-091 Lisboa NIF e matrícula 507 039 440, da conservatória do Registo Comercial de Lisboa, neste acto legalmente representado por **Jacinto Manuel Tavares Ramos dos Santos**, cartão de cidadão n.º 03023705 0ZY3, Válido até 12/05/2019 qualificação e poderes verificada pela procuração emitida pelo administrador delegado da firma em 16 de março de 2015 no Cartório Notarial de Pedro Alexandre Barreiros Nunes Rodrigues.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objecto o Fornecimento de Gás Propano Para os Edifícios Municipais, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 18 de janeiro de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 12 de janeiro de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O fornecimento será executado no prazo de 1 ano, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo fornecimento previsto na cláusula 1.ª o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Vinte e dois mil, oitocentos e dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos (22.816,25 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

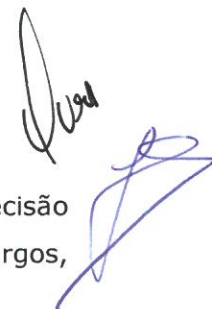
Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros



e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Enquadramento orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0200/02010299, conforme Cabimento n.º 219, compromisso n.º 219 e Requisição Externa de Despesa n.º 73.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

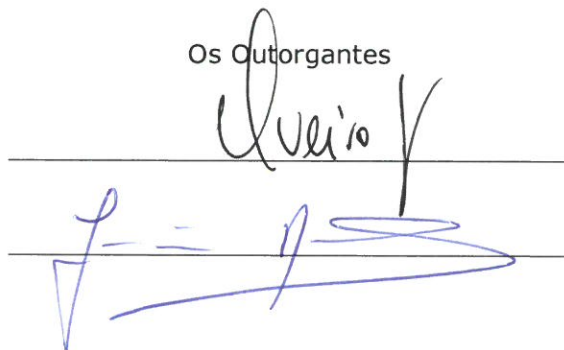
2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 12 de janeiro de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-10 em 19 de janeiro de 2017, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 19 de janeiro de 2017, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal dos administradores;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes

The image shows two handwritten signatures in blue ink. The first signature is written above a horizontal line, and the second signature is written below a horizontal line. The signatures are stylized and appear to be in blue ink.